

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 236.447 - MG (2012/0207042-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : ADRIAN GABRIEL GRIGORCEA
OUTRO NOME : ADRIAN GABRIEL GRICORCEA
ADVOGADO : HUDSON DE OLIVEIRA CAMBRAIA - MG124665
AGRAVANTE : ANDRE LUIZ BARTOLOMEU DA SILVA
ADVOGADOS : RAUL FERNANDO ALMADA CARDOSO E OUTRO(S) -
MG106799
RODRIGO OTÁVIO DE LARA RESENDE E OUTRO(S) -
MG088642
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ANDRE LUIZ BARTOLOMEU DA SILVA contra a decisão proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu seu recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal.

Depreende-se dos autos que o agravante e outros réus foram pronunciados *"como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos III, IV e V, do art. 158, caput, do art. 211, caput, todos por duas vezes (não tipificadas, mas clara e suficientemente descritas na denúncia), bem como do art. 288, parágrafo único, na forma do artigo 29, todos do Código Penal"* (e-STJ fl. 2.963).

O Tribunal de origem negou provimento aos recursos dos réus. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 3.231):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PRONÚNCIA - HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO - PRELIMINAR - INÉPCIA DA DENÚNCIA - NÃO CARACTERIZAÇÃO - INTERVENÇÃO DE ADVOGADO DE CORRÊU NO PROCESSO DESMEMBRADO - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - MÉRITO - MATERIALIDADE CEDIÇA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA NESTA FASE PROCESSUAL - CRIMES CONEXOS - COMPETÊNCIA DO JÚRI - RECURSOS NÃO PROVIDOS. I - Não contém o vício da inépcia a denúncia que descreve fatos que, em tese, configuram o delito descrito na regra penal típica, com observância plena do que preceitua o art. 41 do CPP, e oferece

condições para o pleno exercício do direito de defesa. II - Em processo desmembrado, o fato de o juiz ter impedido a intervenção de advogado de réu que não é parte naquele processo no interrogatório e audiência ali realizados não constitui nulidade, pois mesmo sendo único o crime e uma só denúncia, são dois processos distintos, com colheita de provas independentes, em que o juiz deverá fundamentar sua decisão nas provas colhidas em cada processo. III - Para o decreto de pronúncia, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, basta que o juiz se convença da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Nesta fase, prevalece o princípio *in dubio pro societate*, isto é, ainda que haja dúvida, mínima que seja, a questão deve ser remetida ao tribunal do júri, originalmente competente para a decisão final. IV - Na fase de pronúncia, não cabe ao magistrado, ao elaborar o juízo de admissibilidade da acusação, referentemente aos crimes dolosos contra a vida, analisar se é procedente ou não a imputação feita pelo órgão acusatório no tocante ao delito conexo.

Os embargos de declaração opostos contra esse acórdão foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustentou violação ao art. 41 do Código de Processo Penal, ao argumento de que *"não há individualização das condutas dos Acusados, o que inviabiliza o exercício da ampla defesa e do contraditório"* (e-STJ fl. 3.405). Defendeu, ainda, contrariedade ao art. 413 do Código de Processo Penal, alegando que *"não há qualquer indício de autoria hábil a sustentar a pronúncia do Recorrente"* (e-STJ fl. 3.411). Ao final, requereu a anulação do processo ou a reforma da pronúncia.

Contrarrazões às e-STJ fls. 3.492/3.497.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 3.627/3.632).

É o relatório.

Decido.

Sobre a existência de prova da materialidade e de indícios de autoria,

assim consignou o acórdão recorrido (e-STJ fls. 3.248/3.255):

A materialidade delitiva vem positivada por vários documentos juntados nos quinze volumes, dentre eles destaca-se, nesta oportunidade, o boletim de ocorrência de encontro dos cadáveres em Nova Lima (fls. 68/70), autos de apreensão (fls. 163/164), laudo imuno-hematológico acerca de sangue no apartamento (fls. 235/236), laudo de vistoria e lumínol no apartamento (fls. 237/248), laudo de vistoria e luminol nos veículos apreendidos (fls. 254/261), laudos de DNAs das vítimas (fls. 284/287, 293/296 e 300/302), laudo de degravação de câmeras localizadas em agências bancárias (fls. 734/749), laudo de levantamento do local onde os cadáveres foram encontrados (fls. 750/782), e laudo de necropsia das duas vítimas (fls. 970/996).

No tocante à autoria, há suficientes indícios da participação dos recorrentes nos fatos criminosos para, até então, submetê-los ao júri.

A denunciada Gabriela Corrêa Ferreira da Costa, ouvida na Delegacia, foi corajosa e categórica ao descrever os fatos. Relevante, para o presente processo - principalmente na fase em que se encontra - é a citação do nome dos três ora recorrentes e a respectiva participação deles no episódio, senão vejamos:

[...]

O próprio increpado Adrian, um dos ora recorrentes, ouvido na sede policial, descreveu os fatos com muita propriedade, esmiuçando os detalhes ocorridos nos dias que circundaram todo o ocorrido. Por ser de suma importância para a manutenção da r. sentença de pronúncia, trago à baila trechos de suas declarações:

[...]

Por sua vez, o também recorrente Arlindo apresentou sua versão presencial sobre os fatos, não deixando de citar o nome dos envolvidos André e Adrian:

[...]

Judicialmente, algumas testemunhas contribuíram para a elucidação dos fatos, destacando-se Márcio Henrique Macedo de Paula (fls. 2360/2368), Larissa Gricorcea (fls. 2369/2373) e Cristian Ribeiro Oliveira (fls. 2382/2388), além do próprio réu Arlindo, o qual, em Juízo, apresentou importantes declarações (fls. 2582/2598).

Ora, do grande arcabouço probatório, vê-se, de fato, que os três recorrentes teriam participado ativamente dos dois crimes de homicídio, em parceria com outros réus.

Mister se faz deixar ao alvedrio do júri a análise valorativa de tudo o que nos autos está contido, a fim de balizar a decisão do MM. Juiz. Qualquer manifestação da Segunda Instância, nesta seara, acerca da rica prova testemunhai e circunstancial, seria indevidamente prematura.

Como é cediço, a lei exige, para o juízo provisório da pronúncia, somente indícios suficientes de autoria, desde que satisfatoriamente comprovada a materialidade do delito. satisfatoriamente comprovada a materialidade do delito. Nesta fase do procedimento criminal, não há falar em condenação ou absolvição, pois o objetivo da sentença de pronúncia é o de reconhecer e declarar a competência do Júri, balizando os termos da acusação. Por conseguinte, a despronúncia só deve ser decretada quando não existir pleno conhecimento do delito ou se não há indícios suficientes de ter sido o acusado o autor ou cúmplice do fato criminoso.

Necessário insistir que, para o decreto de pronúncia, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, basta que o juiz se convença da existência do crime e indícios suficientes de autoria, tendo em vista prevalecer, nesta fase, o princípio do in dubio pro societate, isto é, havendo dúvida, mínima que seja, a questão deve ser remetida ao tribunal do júri, originalmente competente para a decisão final.

[...]

Portanto, havendo indícios mais do que suficientes - nesta fase - de terem os recorrentes Adrian, Arlindo e André participado dos crimes de homicídios, deve-se manter a pronúncia deles, incumbindo tão-somente ao Conselho de Sentença a decisão sobre o *meritum causae*.

Verifica-se que o Tribunal de origem concluiu haver indícios suficientes da autoria do recorrente mediante análise coerente das provas dos autos.

Na hipótese, é inviável infirmar tal premissa, de modo a despronunciar o recorrente, sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.

A propósito, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA EVIDENCIADOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Constitui a sentença de pronúncia no reconhecimento da justa causa para o julgamento pelo júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e de indícios de autoria, não representando juízo de procedência da culpa.

2. Nos termos do entendimento jurisprudencial desta Corte, admite-se que a pronúncia do acusado seja fundamentada em elementos colhidos

em fase inquisitorial, pois possui conteúdo meramente declaratório e não configura juízo de certeza" (AgRg nos EDcl no AgRg no AREsp 1256925/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 21/11/2018).

3. Concluindo as instâncias ordinárias pela existência de indícios suficientes para embasar o juízo de pronúncia, a revisão do entendimento exigiria revolvimento aprofundado da prova, vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

4. Assentado no acórdão que as provas teriam sido colhidas na fase inquisitorial bem como sob o crivo do contraditório, a pretendida revisão do julgado exigiria reexame fático-probatório, insuscetível na via do especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1.470.880/MA, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 24/10/2019, grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTES PARA EMBASAR A PRONÚNCIA. 2) REVER ESSE ENTENDIMENTO DEMANDA INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. 3) NA FASE DE PRONÚNCIA, QUE CARACTERIZA MERO JUÍZO DA ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO, É ADMISSÍVEL QUE OS INDÍCIOS DE AUTORIA DECORRAM DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS COLHIDOS DURANTE A FASE INQUISITORIAL. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 5º, INCISOS LIV E LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CF. INOVAÇÃO RECURSAL. DESCABE, EM RECURSO ESPECIAL A ANÁLISE DE VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. 5) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em violação ao art. 155 do Código de Processo Penal, uma vez que as instâncias ordinárias, com base no acervo probatório dos autos, entenderam existente prova da materialidade e indícios de autoria delitiva imprescindíveis à pronúncia.

2. Para se concluir de forma diversa do entendimento consignado pelas instâncias ordinárias, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, na fase de pronúncia, que configura mero juízo da admissibilidade da

acusação, é admissível que os indícios de autoria imprescindíveis à pronúncia decorram dos elementos probatórios colhidos durante a fase inquisitorial. Precedentes.

4. A complementação da fundamentação deficiente em sede de agravo regimental não tem o condão de sanar o vício contido nas razões do recurso especial em decorrência da inovação recursal vedada em razão da preclusão consumativa. Ademais, descabe em recurso especial, bem como em agravo regimental decorrente dele, a análise de violação a dispositivos e princípios constitucionais, pois esta análise compete ao Supremo Tribunal Federal - STF.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.530.763/GO, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 25/10/2019, grifei.)

Nesse ponto, também não se conhece do recurso especial.

Quanto à inépcia da inicial, o acórdão recorrido se manifestou nos seguintes termos (e-STJ fls. 3.241/3.242):

Como primeira preliminar, erija o réu André a nulidade do processo por inépcia da denúncia.

Todavia, no caso em exame, a exordial acusatória atendeu de forma ímpar a todos os requisitos e condições dos arts. 41 e 43 do CPP, narrando em pormenores os fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, de maneira precisa e determinada, culminando em capitulação jurídica adequada à narrativa exposta.

Estabeleceu-se, na ocasião, o essencial nexo de causalidade entre o agir incriminado e o resultado danoso, indicando-se os elementos indiciários de culpabilidade, permitindo que todos os increpados compreendessem a acusação de modo a desempenhar adequadamente as respectivas defesas ao longo da instrução.

Encontram-se devidamente indicados, enfim, os sujeitos ativos dos delitos, com as corretas qualificações, e a descrição das condutas previstas nos artigos.

A anotação do il. autor Júlio Fabbrini Mirabete ratifica tal entendimento: "Não contém o vício da inépcia a denúncia que descreve fatos que, em tese, configuram o delito descrito na regra penal típica, com observância plena do que preceitua o art. 41, do CPP, e oferece condições para o pleno exercício do direito de defesa. Se a denúncia descreve suficientemente a conduta dos réus, imputando-lhes a prática de fatos que se subsumem ao modelo penal típico, o seu recebimento não contraria qualquer preceito de lei federal, sendo descabida qualquer censura em sede de recurso especial (RSTJ 137/618)" (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed. - São Paulo - Ed. Atlas S.A. - 2003 - págs. 186/187).

Portanto, não havendo qualquer mácula na exordial acusatória, e tendo ela permitido a cabal defesa dos réus - o que ocorreu na espécie não há falar em inépcia da denúncia.

Nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal, a denúncia conterá a exposição do fato criminoso e as suas circunstâncias.

Com efeito, é sempre importante rememorar, diante do contexto em análise, não ser necessário que a denúncia apresente detalhes minuciosos acerca da conduta supostamente perpetrada, pois diversos pormenores do delito somente serão esclarecidos durante a instrução processual, momento apropriado à análise aprofundada dos fatos narrados pelo titular da ação penal pública.

Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DO ACUSADO. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE A CONDUTA DELITUOSA EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA.

1. Nos chamados crimes de autoria coletiva, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa. Precedente.

2. Na espécie, a participação do recorrente no crime de homicídio culposo foi devidamente explicitada na peça inaugural, tendo o órgão ministerial consignado que era ele o responsável técnico pela fabricação e montagem do pilar que desabou, dando causa à queda da ciclovia por onde transitavam as duas vítimas fatais. Não há falar, no caso, em violação do exercício do direito de defesa constitucionalmente garantido ao recorrente, tampouco inépcia da denúncia.

3. A análise da alegada ausência de provas, notadamente no que concerne aos limites da responsabilidade contratual do recorrente, demanda o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada na via eleita. Da mesma forma, afastar o que decidido pela

instância de origem quanto à inevidência de ofensa ao princípio da isonomia implica, necessariamente, a reavaliação do conjunto probatório.

4. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 95.950/RJ, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018, grifei.)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DO ACUSADO. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE CRIMES EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA.

1. Não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente a conduta típica, cuja autoria é atribuída ao recorrente devidamente qualificado, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa no seio da persecução penal, na qual se observará o devido processo legal.

2. **Nos chamados crimes de autoria coletiva, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa.** Precedentes.

3. Na espécie, verifica-se que a participação do recorrente no crime de homicídio qualificado foi devidamente explicitada na inicial, tendo o membro da acusação consignado que, ciente do propósito homicida e da motivação de um dos corréus, seu amigo, intermediou o contato deste com outro acusado, seu empregado e homem de sua confiança, a fim de que o primeiro pudesse contratar os serviços do segundo e dos demais increpados para matarem a vítima, narrativa que atende de forma satisfatória os requisitos legais exigidos para que se garanta ao réu o exercício da ampla defesa e do contraditório.

[...]

6. Recurso desprovido. (RHC 91.141/DF, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018, grifei.)

A denúncia narrou que o recorrente e outro réu "*o abordaram [uma das vítimas] e o conduziram para o apartamento de Frederico Flores, para tanto se utilizaram inclusive, de fardamento e viatura da policia militar*" (e-STJ fl. 5), e que,

depois, voltaram ao apartamento, *"e lá, demonstrando insensibilidade pela vida humana, ceifaram de modo cruel e sem qualquer chance de defesa a vida da vítima [...], estrangulando-o"* (e-STJ fl. 6). Além disso, quanto à outra vítima, consignou que o recorrente e outros réus assistiram à sua execução, e *"visando dificultar a identificação das mesmas [...] mutilaram os corpos [...]"* e *"dirigiram-se para a região de Nova Lima, levando os cadáveres decaptados, no porta malas do veículo Vectra, pertencente à vítima Rayder, jogando-os na beira da estrada, parcialmente incendiados"* (e-STJ fl. 7).

Houve, portanto, narrativa quanto ao nexos causal entre os crimes e a conduta do recorrente, razão pela qual a pecha de inepta não deve ser atribuída à denúncia, no particular.

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator